

Uma campanha para melhorar ensino da língua portuguesa

Rosalba da Matta Machado

Magalhães Pinto a postos abriu a sessão, pequeno expediente e a palavra já era delegada a José Sarney (Arena-Maranhão).

O senador maranhense pediu apoio do Senado ao grupo de estudantes de Minas Gerais que, em memorial ao presidente Geisel, pediu a realização de uma campanha nacional destinada a melhorar a qualidade do ensino da língua portuguesa. José Sarney não encontra justificativa no fato de se dar "exagerada importância à comunicação e se relegue ao descaso o tratamento à língua portuguesa". Seu aprendizado, segundo denunciou, está dia-a-dia relegado a segundo plano.

José Sarney recebeu solidariedade de Danton Jobim (MDB-Rio de Janeiro) que expressou ser responsável pela má qualidade do ensino principalmente dois fatos: preocupação de se resolver o problema de vagas para excessivo número de candidatos, e a proliferação de estudantes de nível médio, sem corresponder a um número de mestres capacitados.

Sarney, ao concluir, aludiu ao grande esforço desenvolvido pelo *Jornal do Brasil*, pelo poeta Carlos Drummond de Andrade e pelo professor Abgar Renault, do Conselho Federal de Educação, no sentido de melhorar a qualidade do ensino do português no país.

Dois requerimentos foram apresentados, entre outros. O primeiro solicitando a transcrição nos anais do Senado do discurso proferido pelo presidente Magalhães Pinto, em São Paulo. O segundo, com as assinaturas do líder do MDB, Franco Montoro (São Paulo) e do vice-líder Ruy Santos (Arena-Bahia) solicitando seja o expediente da sessão do dia 20 do corrente dedicada a homenagear a memória do ex-deputado Pedroso Horta.

Segundo a discursar, Benjamin Farah (MDB-Rio de Janeiro). Congratulou-se com os habitantes da cidade fluminense

de Miguel Pereira pela passagem do seu segundo aniversário de fundação. Farah enalteceu a atuação do prefeito Frutuoso da Fonseca Fernandes que "vem realizando significativas obras no município, como asfaltamento do sistema viário, a dragagem da lagoa Javari e novos empreendimentos educacionais.

Benjamin Farah apresentou, na oportunidade, projeto que isenta da correção monetária os financiamentos da casa própria contratados com base em renda familiar igual ou inferior a cinco salários-mínimos da região.

Dispõe ainda o projeto que a partir da data da aquisição da casa própria até a liquidação total do mútuo, os titulares do FGTS, PIS ou Pasep não terão igualmente, em suas contas, os benefícios da correção monetária, previstos na Lei 5 107/66. Por outro lado, as taxas remuneratórias de serviços incidentes sobre os empréstimos não poderão exceder, sob qualquer pretexto, a taxa de 6% ao ano.

Justificando a medida, disse Farah que a "visão monetarista do BNH fez com que o órgão descurasse o aspecto social do sistema, que, no entanto, "estava implícito na intenção do legislador". Entende que o acesso à casa própria ainda é difícil, vez que a "terrível correção monetária se tornou a cada dia mais desumana, em sua frieza atuarial, afastando o pobre do seu capital acumulado no BNH".

Petrônio Portella, líder da Arena, que já havia anunciado estar em plenário contrariando prescrição médica, discursou em defesa de projeto seu, - que integra os estudantes na política - a esta altura ocupando a cadeira de líder. No início da sessão e por longo tempo nessa posição, estava Ruy Santos, tranquilamente a cachimbar.

—Com a palavra o senador Mauro Benevides (MDB-Ceará), anunciou Magalhães Pinto da Mesa. Ao seu lado, Aciole Filho

(Arena-Paraná) e dava entrada no plenário Teotônio Vilela (Arena-Alagoas).

—A realidade recentemente vivida, em várias Unidades da Federação, no campo da moralidade administrativa, muito mal as deixou diante da opinião pública do país, em decorrência da malversação de dinheiros dos respectivos erários, reclamando-se em função disso, uma enérgica apuração dos escândalos e a consequente punição dos implicados.

Esta foi uma das muitas afirmações de Mauro Benevides para quem na área de competência do Tribunal de Contas da União já se registra eficaz ação punitícia, que resultará benéfica para o interesse coletivo.

Mauro Benevides falou a propósito do VII Congresso dos Tribunais de Contas da União que "realizou-se num instante em que amplas perspectivas foram abertas ao trabalho da descentralização daquelas cortes, principalmente no que se refere à abrangência pelo seu raio de ação, das empresas públicas e sociedades de economia mista, até aqui à margem de um crivo de controle externo severo".

Assinalou Benevides que a Lei 6 223/75, acresceu substancialmente a responsabilidade dos Tribunais de Contas, dando-lhes expressa atribuição de fiscalizar não apenas as autarquias, mas as demais entidades da administração indireta, e que os Estados, por iniciativa de suas Assembléias Legislativas, se preocupam em adotar providências idênticas no âmbito estadual.

Sobre o assunto referiu-se aos discursos do conselheiro Nelson Marcondes do Amaral e do ministro Armando Falcão, para enfatizar as conclusões do Congresso que sugerem, a propósito da Lei 6 223/75: adoção de medidas e providências, pelos tribunais, necessários a uma melhor e mais eficiente execução do novo diploma; outras medidas visando a revisão das leis estaduais que es-

tejam em desconformidade com as linhas básicas do modelo federal; a celebração de convênios entre tribunais de contas e órgãos públicos especializados para verificar a boa execução de obras públicas e incentivo à adequação das administrações estaduais e federais aos princípios normativos da reforma administrativa federal.

Evandro Carreira (MDB—Amazonas) na tribuna.

—Assomo à tribuna para lembrar que o ilustre articulista almirante J.C. de Macedo Soares Guimarães assina um de seus trabalhos com o seguinte brocardo: "Pobre e infeliz é o povo que tendo rios, não sabe navegá-los". Eu, parafraseando o ilustre articulista diria: que mais pobre e mais infeliz ainda é o povo que tendo imensas bacias hidrográficas, não sabe aproveitá-las. Este brocardo constitui um truismo, um óbvio ululante. Infelizmente ainda não aprendemos esta lição.

Com o entusiasmo que o assunto lhe dá, Carreira voltou a defender o aproveitamento prioritário da bacia hidroviária da Amazônia. Enfatizou que esta é uma lição dada e pedida desde o século passado, pelos mais eminentes estudiosos e homens públicos de nossa pátria, que já demonstraram as vantagens econômicas que adviriam de uma interligação fluvial. Ajuntou Carreira ser necessário seguirmos o exemplo europeu, que já está ultimando a unificação das bacias do Ródano, do Reno e do Danúbio.

Abordou Evandro Carreira também o setor da borracha, expressando que a adoção de um preço sedutor para o produto é o único caminho que nos possibilitará atingir a auto-suficiência no setor até 1985, como pretende o Probor, em estudos. "A medida funcionará como um atrativo para que o homem penetre no interior da selva a fim de extrair a borracha-nativa".